



**ACÓRDÃO Nº1346/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11934/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI)
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Antonio Gilson Nogueira de Souza (Ordenador de Despesa), Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, José Jorge do Nascimento Júnior, Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula e Alfredo Paes dos Santos (Gestores).
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1594/2020-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI). Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Revelia. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, sob a responsabilidade dos Gestores o Sr. **Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, período de 01.01.2017 a 31.01.2017, do Sr. **José Jorge do Nascimento Júnior**, no período de 01.02.2017 a 04.10.2017, do Sr. **Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula**, no período de 19.10.2017 a 03.12.2017 e do Sr. **Alfredo Paes dos Santos**, no período de 04.12.2017 a 31.12.2017), e como Ordenador de Despesas o Sr. **Antônio Gilson Nogueira de Souza**, no período de 01.01.2017 a 31.12.2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei Nº 2.423/96 c/c o art. 188, inciso II da Resolução Nº 04/2002 – RI/TCE.

**10.2. Considerar revel** o Sr. **Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, Ex-Secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia, e Inovação – SEPLANCTI, nos termos do art. 88, da



**ACÓRDÃO Nº1346/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Resolução nº 04/2022-TCE-RI, por não se manifesta no prazo para oferecimento de defesa.

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, ex-Secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia, e Inovação – SEPLANCTI, no valor de **R\$ 1.706,80** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por não atendimento no prazo fixado, sem causa justificada à diligência do Tribunal de Contas, nos termos do art. 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002-TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **José Jorge do Nascimento Junior**, Sr. **Estevão Vicente Cavalcanti M de Paula**, ambos no cargo de Gestores e o Sr. **Antônio Gilson Nogueira de Souza**, **Ordenador de Despesa**, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/96 no valor de R\$ 1.706,80 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por impropriedade de natureza formal, na formalização dos processos de Reconhecimento de Dívida, citados nos itens das Notificações nº 26, 27 e 45/2019-DICAD, mencionados no art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002-TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento



**ACÓRDÃO Nº1346/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Determinar** que seja Oficiada a Controladoria Geral do Estado – CGE, com objetivo dar esclarecimentos e/ou justificativas quanto a não elaboração e envio do Relatório e Certificado de Auditoria, com Parecer do dirigente do órgão de Controle Interno na Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, relativo ao exercício de 2017.
- 10.6. Determinar** a atual administração da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, que:
- 10.6.1.** Efetue a imediata atualização do inventário físico financeiro, para que não haja, distorção entre o Balanço Patrimonial e o Sistema de Estoque usado pelo referido Órgão;
- 10.6.2.** Cumpra os requisitos exigíveis, estabelecido na Orientação Técnica nº 12/2013- GINS, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas - SEFAZ, que dispõe sobre os procedimentos para reconhecimento de dívidas em processos de despesas de exercícios anteriores, e de acordo com que estabelece o Decreto nº 25648, de 21 de fevereiro de 2006, bem como os citados abaixo:
- 10.6.3.** Excepcionalidade, o evento deve ser extraordinário e não rotineiro;
- 10.6.4.** Boa-fé das partes, do gestor público e do fornecedor ou prestador de serviços;
- 10.6.5.** Efetiva prestação de serviços, comprovada com o atesto e a regular liquidação;
- 10.6.6.** Apuração de responsabilidade por parte do gestor;
- 10.6.7.** Necessidade e importância do serviço contratado ou do produto adquirido, para o bem da administração pública, além da urgência na



**ACÓRDÃO Nº1346/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

contratação.

**10.6.8.** Parâmetro de preços, comprovação da economicidade e da vantajosidade.

**10.6.9.** Ato formal (processo administrativo com a apuração dos fatos pelo gestor).

**10.6.10.** Manifestação jurídica, técnica e dos órgãos internos de controle.

- 10.7.** Dar ciência ao Sr. **Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, o Sr. **José Jorge do Nascimento Júnior**, o Sr. **Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula**, ao Sr. **Alfredo Paes dos Santos** e como Ordenador de Despesas o Sr. **Antônio Gilson Nogueira de Souza**, e aos demais interessados no processo.

**11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**

Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral